



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0499/11	DATA: 17/05/2011
INÍCIO: 14h56min	TÉRMINO: 17h07min	DURAÇÃO: 2h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h11min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debates sobre pontos de interesse para a reforma política e eleitoral no País. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial da Reforma Política.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 17ª reunião ordinária, realizada no último dia 12 de maio.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, tendo em vista a distribuição antecipada de cópia da ata, solicito a dispensa de sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não havendo contestação, declaro dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, submeto-a a votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Expediente.

O Deputado Onofre Santo Agostini encaminhou moção para a reforma política fruto da Assembleia-Geral da União dos Vereadores de Santa Catarina, destacando pontos relevantes para a proposta de reforma política.

Comunico à plenária que realizamos, com pleno êxito, no último dia 13, sexta-feira passada, na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, a conferência desta Comissão naquele Estado, com grandiosa participação popular. A sessão se iniciou por volta das 9 horas e 30 minutos e se prolongou até as 14 horas, e nos debates foram ouvidos todos os segmentos presentes.

Na última segunda-feira, dia 16, ontem, portanto, realizamos, também com pleno êxito, conferência na cidade de João Pessoa, no Estado da Deputada Luiza Erundina, aqui presente, com os Deputados Alceu Moreira, Efraim Filho e Edinho Araújo. A sociedade local, extremamente bem representada por Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, Prefeitos, Secretários de Estado, líderes comunitários e de movimentos sociais, participou efetivamente. Em suma, foi também uma audiência proveitosa, dando conta de que o caminho definido por esta Comissão é sem dúvida o mais acertado para o debate da reforma política, bem como para o acúmulo de



conhecimento e de massa crítica para a futura e próxima apresentação da proposta de reforma ao Plenário da Câmara Federal.

Aproveito a oportunidade para comunicar que na próxima quinta-feira, conforme decidido por este Plenário, será realizada a XV Conferência dos Legislativos e Legisladores Estaduais na cidade de Florianópolis. Por conta desse grande encontro para o qual já se encontram inscritos mais de 600 Deputados Estaduais, este Plenário decidiu que o encontro será de caráter conjunto, aproveitando exatamente o encontro dos Parlamentos Estaduais para o debate e a ampla divulgação da reforma política que nos propusemos realizar.

Será na quinta-feira, durante todo o dia, com um painel específico sobre reforma política no segundo expediente, no horário da tarde. Na segunda-feira seguinte, dia 23, estaremos com o nobre Deputado Newton Cardoso em Minas Gerais para a conferência naquele Estado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pois bem. Eram essas as comunicações que eu tinha para este momento.

Com a palavra a Deputada Íris de Araújo.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, quero apenas registrar, conforme já fiz no plenário, a importância da reunião da reforma política que aconteceu em Aracaju, quando fomos recebidos pelo nosso Presidente Almeida Lima e tivemos a oportunidade de discutir questões das mais diversas.

Tivemos a oportunidade de ouvir o público, tivemos a oportunidade de ouvir o mundo político. Várias questões foram levantadas de maneira bastante democrática, em que as pessoas deram sua opinião dentro dos mais diversos assuntos que chamaram atenção do público que ali compareceu.

Sr. Presidente, tenho considerado que essa forma adotada pela Câmara dos Deputados e por V.Exa., na condição de Presidente da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados, tem realmente estabelecido, de forma coerente, o contato com o público, que tem participado, atuado, dado sua opinião e levantado questões em que, muitas vezes, nem havíamos pensado.



Portanto, acho importante que, além da continuidade que se faz disso aí, haja esse registro bem claro da atuação da Comissão da Reforma Política aqui na Câmara dos Deputados.

Era isso o que eu queria registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada com o objetivo de iniciar o debate sobre pesquisa eleitoral, suas implicações, limites, registro perante a Justiça Eleitoral e tudo o que diga respeito a esse processo de aferição da opinião popular. Como segundo ponto da pauta, teremos deliberação de alguns requerimentos.

Informo aos Parlamentares que o debate transcorrerá, obedecendo aos mesmos critérios das sessões anteriores.

Portanto, dando início aos debates, temos inscrito o Deputado Simão Sessim, que deseja fazer uma explanação que acredito seja até um pouco mais alongada do que o normal; mas será conferido tempo a S.Exa. para uma espécie de introdução ao debate, ao tema na sessão de hoje a tarde.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, não vai passar de 4 ou 5 minutos. Eu só pedi e me inscrevi logo porque acho que o tema tem grande repercussão nesta Casa sempre que chega uma eleição. Então, como nossa Comissão trata deste assunto nesta semana, fiz questão de buscar, pesquisar e elaborar um histórico da legislação pertinente à matéria.

Por isso, Sr. Presidente, ao longo dos minutos que V.Exa. me concede, queria apresentar aos colegas um depoimento, falar sobre a legislação atual e deixar o tema a critério da reflexão de cada um.

Trata-se de assunto que retorna, repito, sempre que há eleições, submetido a duras críticas e vendavais em razão da desconfiança acerca da possibilidade de manipulação da vontade do eleitor pelos institutos. O sentimento fez com que, ao longo do tempo, desde 1982, surgissem inúmeras tentativas de instalações, no Congresso Nacional, de Comissões Parlamentares de Inquérito para investigar o assunto. Portanto, a questão é antiga.

Uma visita rápida ao centro de dados do Tribunal Superior Eleitoral na Internet identifica, no dia 21 de outubro de 1982, menos de um mês antes das



eleições daquele ano, e hoje decorridas 16 eleições, uma consulta formulada sobre o tema pelo então Deputado Edison Lobão, hoje Senador e Ministro das Minas e Energia. S.Exa. pedia informações sobre a data limite de divulgação das pesquisas.

Em 1986, quase véspera da eleição, nasceu a Lei nº 7.508, que, em seu art. 5º, confirmou o impedimento de divulgação de pesquisa nos 21 dias anteriores ao pleito, ao mesmo tempo em que obrigou os institutos a colocarem os resultados à disposição de todos os partidos, bem como as informações sobre métodos utilizados e fontes financiadoras dos respectivos trabalhos. O Tribunal Superior Eleitoral regulamentou a matéria através da Resolução nº 13.090.

Depois, em 1995, autorizado pela Lei nº 9.100, o TSE, através da Resolução nº 19.513, obrigou o registro prévio das pesquisas nos órgãos da Justiça Eleitoral, sendo mais rigoroso nas informações para obrigar os institutos a identificar quem contratou as entrevistas, que valor pagou por elas, a origem dos recursos, a metodologia aplicada, o intervalo de confiança e a margem de erro, além de outros dados técnicos.

Mesmo assim, em 1998, cresceram as críticas sobre tentativa de manejar a vontade do eleitor pelos institutos de pesquisa. No Congresso Nacional, houve quem recolhesse assinaturas para instalação de uma CPI. Naquele momento, Carlos Alberto Montenegro, do IBOPE, em resposta ao pedido de CPI, avisou: *“Torço para que haja uma CPI. Vou trazer os questionários e tabular as pesquisas junto com os Deputados”*.

O jornal *Folha de S.Paulo*, talvez pelo fato de carregar o DataFolha, um dos mais importantes institutos de pesquisa no País, fez-se presente na discussão e produziu uma extensa matéria e um editorial sobre o assunto, para aconselhar ao final:

“Dar maior visibilidade à engenharia interna das pesquisas, tornar sua metodologia mais transparente e didática é algo que poderá contribuir para aumentar sua credibilidade. Mais fundamental, porém, é cultivar a ideia de que a democracia é tanto mais efetiva na medida em que as influências e informações a que o cidadão tem acesso sejam várias, para que possa, inclusive, confrontá-las. Quanto mais pesquisas e quanto mais independente as pesquisas, quanto mais



debates e quanto mais desimpedidas as discussões, melhor para o eleitor e para a democracia.”

Daquele tempo aos dias presentes foram expedidas muitas resoluções sobre a matéria, sempre na direção de ampliar a transparência nas informações a serem prestadas pelos institutos aos órgãos da Justiça Eleitoral.

O número de institutos cresceu. Atualmente, eles precisam comprovar o exercício regular de suas funções comerciais, informar as qualificações técnicas de seus profissionais e exigir que seus estatísticos assinem o plano amostral e rubriquem todas as folhas das pesquisas.

Entretanto, no dia 14 de outubro de 2010, agora recentemente, antes do segundo turno da eleição presidencial, o jornalista Demétrio Magnoli escreveu e publicou *Os falsários*, referindo-se aos institutos de pesquisa. O artigo causou forte impacto na opinião pública, levantou uma tensa polêmica e obteve larga repercussão em quase toda a mídia, principalmente nas mídias sociais.

Retirado o calor, o texto de fato é uma boa peça para compreensão das metodologias aplicadas às pesquisas eleitorais e insere um componente novo ao debate: o grau de influência sobre os agentes políticos e financiadores.

“Pesquisas obviamente não decidem eleições, mas elas têm um impacto que não é desprezível. Sobre a influência dos humores cambiantes do eleitorado, supostamente captados com precisão decimal pelas pesquisas, consolidam-se ou se dissolvem alianças estaduais, aumentam ou diminuem as doações de campanha, emergem ou desaparecem argumentos utilizados na propaganda eleitoral, modifica-se a percepção pública sobre os candidatos”.

Apesar de conviver diretamente com eleições há mais de 40 anos — meu caso, meu depoimento e minha posição —, não consigo ter uma opinião plenamente formada sobre o grau de influência das pesquisas no processo de decisão do eleitor. Sempre ao término das eleições, principalmente as majoritárias, sigo com a convicção de que o eleitor fez a escolha correta, com base nas informações que possuía, sem considerar as pesquisas. Quem acusa terem as pesquisas poder de influência utiliza como elemento de dedução os resultados de eleições que as contrariam. Um paradoxo. Todas as vezes em que as urnas não confirmam as



pesquisas, os institutos sofrem duras condenações dos críticos pela tentativa de manipulação.

Daí pergunto: se houve a tentativa e se ela não surtiu efeito, por que todos os cuidados? Estou convencido, portanto, de que as medidas de regulamentação adotadas até aqui e o grau de concorrência entre os institutos têm sido elementos suficientes para esclarecer eleitores, agentes políticos e doadores.

Na verdade, as críticas estão com endereço trocado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. As nossas atenções quanto ao tema — que é pesquisa eleitoral — deveriam estar voltadas para outra direção: a obrigação da imprensa de corretamente informar. É aqui que reside o problema. Caso possam ser influenciados, o eleitor, os agentes políticos de financiadores estarão bem mais fragilizados diante das manchetes e abordagens que a imprensa faz das pesquisas eleitorais, do que pelo resultado delas próprias.

Ora, se as pesquisas são fotografias de momento específico nas campanhas, os órgãos de imprensa e mídia deveriam divulgá-las sem dar-lhes o significado de antecipação do resultado de uma eleição.

Este é o ponto central.

O problema está em antecipar a notícia de um resultado eleitoral quando o que se tem, na verdade, é o resultado de pesquisa de intenção de votos. Se quisermos de fato uma solução para o problema, de modo como ele se nos apresenta, devemos gastar tempo com uma análise séria e decisiva do modo como a imprensa e as diversas mídias divulgam os resultados das pesquisas eleitorais.

É o que penso sobre a questão, Sr. Presidente. E vou passar este meu pronunciamento ao nosso querido Relator, porque aqui há uma pesquisa — acredito que S.Exa. vá fazer também — sobre toda a legislação existente no momento até aqui, desde 1982.

Era isso, Sr. Presidente. Desculpem-me se tomei o tempo de V.Exas., Sras. e Srs. Deputados, e do Sr. Relator.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quero falar sobre o tema, Sr. Presidente. Não sei se temos de seguir uma ordem de inscrição.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim, há uma ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu queria falar por 30 segundos só, para fornecer ao Relator um outro elemento sobre o assunto. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu imagino que nós, do Legislativo, criamos limitações demais às publicações de pesquisas. A rigor, nós organizamos um cartel. Nós demos poder a três ou quatro institutos de controlarem o mercado de pesquisa, e isso está nas vedações, vedações, vedações — e vedações não conduzem a boa coisa. Ainda mais nesta época em que cada um de nós pode muito bem realizar pesquisa. Cada candidato, cada partido político pode colocar na Internet, contestar uma pesquisa divulgada com outra pesquisa, sem precisar registrar previamente, sem precisar cumprir todas as exigências, o que acabou fazendo com que se organizasse esse cartel, que leva a consequências como as citadas pelo Deputado Simão Sessim. E não existe nem por emenda constitucional a possibilidade de barrá-las.

O caminho, no meu ponto de vista, é liberar geral para poder tudo, porque, sempre que se pode divulgar tudo, os próprios institutos, pelo menos os mais sólidos, para ganharem credibilidade, tornam-se mais transparentes.

Se no Rio Grande do Sul fosse publicada uma pesquisa e esta fosse utilizada contra uma candidatura apoiada pelo PT, esse partido, para divulgar outra pesquisa, teria que registrá-la no Tribunal Regional Eleitoral 5 dias antes.

O que é isso? Se houvesse regime de plena liberdade, a minha impressão é de que... Parafraseando autores antigos — não sobre pesquisa —, digo que essa mania de ficar fazendo leis, leis e mais leis para regular as coisas e deixar de prezar o ambiente de liberdade conduz a resultados muito ruins.

Eu remeto ao Relator essa sugestão, porque eu faria esse trabalho nesta Comissão, numa evolução de discussão da legislação eleitoral propriamente dita, que seria liberar absolutamente a produção e a divulgação de pesquisas para que os políticos, os partidos e os candidatos possam fazer em seu *site*, em seu jornal local ou em qualquer publicação a pesquisa que quiserem sem precisarem registrá-la



previamente na Justiça Eleitoral, desfazendo-se assim o cartel que foi organizado pela própria legislação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos seguir a ordem de inscrição, admitindo o debate e os apartes.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Aliás, agradeço o aparte ao Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, o Deputado Miro é meu guru! (*Risos.*) Eu lhe daria apartes à vontade. Quero inserir na minha fala o aparte do Deputado Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra à Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu estava com tendência a fazer minhas as palavras do Deputado Simão Sessim, mas agora, após o aparte do Deputado Miro Teixeira ter sido inserido no pronunciamento de S.Exa., eu declino dessa tendência.

Acho muito temerário liberar. Penso o contrário. Regulamentar e fazer com que as pesquisas sejam registradas, cumpram critérios científicos e concorram entre si com os institutos profissionalizados de pesquisa nos dá confiabilidade.

Não tenho nenhum problema com relação a pesquisa eleitoral. Elas nunca me foram favoráveis, mas me balizaram e me proporcionaram fazer correções de percurso.

Sr. Presidente, peço permissão de V.Exa. para registrar três situações de forma bastante breve.

A reforma política entrou decididamente na pauta da mídia. Tenho aqui os jornais do final de semana. O *Correio Braziliense* publicou: “A restrição à reeleição divide bancada do DF”. A *Folha de S.Paulo* fez referência ao Senador Aécio, e publicou: “Aécio planeja superfusão de partidos. A ideia do tucano é unir PSDB, DEM e PPS depois das eleições municipais de 2012”. A *Gazeta do Povo*, do meu Paraná, coloca outra chamada, também para segunda-feira: “Proposta de candidaturas avulsas ganha espaço no Congresso”. Outro jornal traz no final de semana: “Ao atrair três partidos nanicos para a coligação da Presidente Dilma



Rousseff, na eleição de 2010, o PT elevou em quase 5% o tempo da então candidata presidencial na publicidade eleitoral gratuita em rede de rádio e televisão”.

Agora, o que mais me chamou a atenção foi a chamada da reportagem da revista semanal *Veja*: “Eles querem cassar seu voto”.

Tenho que concordar com o Deputado Alfredo Sirkis, porque, muitas vezes, ao se referir à opinião pública, esta colocada na mídia como opinião pública, fala-se "opinião publicada", o que é diferente. A matéria é absolutamente tendenciosa: “Eles querem cassar seu voto”. E fazem toda uma situação e uma crítica com relação ao voto em lista fechada.

(Não identificado) - Ela é contra o PT.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - É óbvio.

Nós estamos discutindo isso. Vamos conversar agora com o nosso Relator, Deputado Henrique Fontana, mas, na bancada do Partido Verde, temos discutido para afinar uma posição única do partido. Até então defendemos o voto misto, ou seja, metade em lista fechada e metade diretamente nos Deputados.

Uma matéria colocada dessa forma faz com que muita gente entenda o voto em lista como golpe — e isto é preocupante. Mas o mais importante de tudo o que falei é a questão de que realmente a reforma política está na mídia, na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Com todo o prazer. É uma honra ouvi-lo, Deputado Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu preciso dizer publicamente — para discordar de V.Exa. — que aí está uma opinião clara da revista *Veja*...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ...com a qual muitos Parlamentares concordam, inclusive eu. Não vejo a matéria como tendenciosa. Ela estabelece uma tendência ou uma posição de forma clara, do mesmo jeito que o jornal *O Globo* e outros assumiram essa posição.

O PT tem direito a essa posição? Tem, assim como outro Parlamentar ou outro partido tem o direito de se contrapor a essa posição. Afinal de contas, esse é o



debate. Nós só estaremos com uma proposta de reforma política à altura da sociedade brasileira se esse debate acontecer. Debate é antagonismo de ideias; dialética não é outra coisa. É evidente que eu não censuraria a revista; eu discordaria da posição dela, mas ela é legítima...

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ...completamente legítima.

Obrigado pelo aparte.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Obrigada.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu queria também um aparte, rapidamente.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Só um minutinho. Antes de lhe conceder o aparte, quero me contrapor à questão.

Embora V.Exa. defenda isso — sua posição já ficou clara aqui na nossa Comissão —, eu não acredito que pense assim: *“Eles querem cassar o seu voto”*. Eu não acredito que esta seja a chamada: *“Eles querem cassar o seu voto”*. Na verdade, deveria estar escrito assim: eles querem que você vote numa lista. E isso não significa cassar o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Permita-me falar novamente.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Quero concluir.

Entendo que a revista defenda uma posição, que V.Exa. defenda uma posição, que eu defenda uma posição — isso é democracia; graças a Deus, é assim. Agora, eu não acredito que V.Exa. defenderia essa posição dizendo que a bancada ou o PT, os grandes partidos querem cassar o voto quando defendem a lista.

Na verdade, eles fazem uma defesa de posição, como V.Exa. o faz. Isso não é cassação de voto. Eu não entendo dessa forma. Até por isso agora me preocupo muito. Eu sei que o voto em lista fechada teria muitos problemas, e terá ainda mais a partir de posições como essas colocadas na revista. Por isso, estamos tentando achar o caminho do meio.

Antes de retornar a palavra a V.Exa., Sr. Presidente, concedo um aparte Deputado Simão Sessim, que me pediu nesse meio tempo.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, rapidamente.



Primeiro, eu acho, como V.Exa., que não tem nada de tendencioso a matéria; só que precisa ser corrigida a forma como está sendo apresentada: está-se entregando o patrocínio de uma indicação, de uma proposta de lista fechada ao PT, enquanto, na realidade, eu aprendi nesta Casa a discutir lista fechada com nosso grande Líder Ronaldo Caiado. Foi com ele que aprendi, e cheguei até a me animar. Isso não agora, mas bem antes. Então, acho que não é o PT.

Outra coisa, Sr. Presidente. Eu disse aqui nesta Casa, justificando minha ausência por ocasião da cirurgia que fiz, que recebi a visita do Presidente Lula. A opinião dele é clara. O que ele me disse sobre a reforma está atualizadíssimo. O Presidente Lula foi claro: *“Simão, nós precisamos ouvir o povo.”* Tal como Miro Teixeira fala, ele falou. Com plebiscito, de alguma forma, é preciso ouvir o povo. Nós não podemos é fechar uma discussão sobre sistema eleitoral sem ouvir o povo. É como Miro Teixeira fala, e ele tem batido muito nisso.

Eu acho que a posição de colocar ali o Presidente Lula, o PT, até pode ser tendenciosa com relação à acusação ao PT. Mas, antes do PT, eu ouvia nosso querido Ronaldo Caiado, a quem daria, sinceramente, se tivesse que dar, o patrocínio nesta Casa do sistema eleitoral da lista fechada. Ele quase me convenceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Esse aparte é bom!

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Só um minuto, Sr. Presidente. Eu quero devolver à Mesa. São vários os Parlamentares que pediram aparte sobre essa situação. Eu estou devolvendo à Mesa, para que o senhor possa organizar e que os diversos Parlamentares possam expor suas ideias.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Se não houver objeção, eu mantereí a palavra com V.Exa., que continuará cedendo os apartes, inclusive a mim, a quem pedir.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Claro, acho que é pertinente.

Questão de ordem, Sr. Presidente.



A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - O que estou lhe pedindo é que organize as falas, porque o senhor tem uma visão privilegiada daí, para que possa conceder.

(Não identificado) - Mas a senhora pode conceder os apertes a cada um.

(Não identificado) - Rosane Ferreira, eu quero me inscrever para o aparte.

(Não identificada) - Eu quero me inscrever também.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - *(Risos.)* Não era esta a minha intenção...

(Não identificado) - Eu vou me inscrever para o aparte.

(Não identificado) - Eu estou inscrito para o aparte.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - O senhor está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe, é uma questão de ordem ou um pedido pela ordem?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Questão de ordem.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - E eu estou pedindo aparte.

Sr. Presidente, eu não sou do PT, nunca fui. Mas eu defendo o PT nessa parte. Essa revista é uma excrescência!

A revista *Veja* é imoral, irresponsável. Ela é financiada. É uma revista cretina. É uma revista sem moral essa revista *Veja*. É uma revista que vende por dinheiro, financiada por grupos paulistas. É imoral a revista *Veja*!

Então, essa revista, quando faz essa matéria, ela quer denegrir o PT. E essa revista, na outra página, mente sobre o PMDB. É uma revista que não deve ser acreditada nem ser lida. Quem lê essa revista é porque não tem vergonha na cara.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe, V.Exa. pede a palavra para...

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Essa revista é financiada por grupos paulistas. Ela deveria ser cassada!

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, vamos nos ater à discussão da reforma política.



O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Outra coisa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Ele não nos deixa falar!

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Mas desta matéria temos que tomar uma lição, porque nós, desta Comissão, somos vigiados pelo Brasil inteiro. Todo o Brasil está vivendo a reforma política. Todo o Brasil! Então, se falhar esta Comissão aqui, falha a Câmara, falha o Parlamento. E nós não podemos nunca falhar nesta Comissão. Deviam fazer reuniões nas quintas, sextas, sábados, para dar conta esta Comissão de votar a reforma política, senão...

Reuniu-se aqui o Presidente Sarney, com toda a cúpula do Senado; reuniu-se a Câmara, com toda a cúpula; reuniram-se Ministros de Estado. Se falhar esta reforma política, nós, Parlamentares, vamos falhar. Eu, sinceramente, vou sair daqui envergonhado, se não passar esta reforma política.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe, V.Exa. pede pela ordem ou para questão de ordem?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Eu peço questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Qual é o dispositivo do Regimento Interno em que V.Exa. se baseia para a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO REGUFFE - O dispositivo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa., então, pede pela ordem.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Não. Eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Então, pela ordem, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Eu posso pedir pelo artigo que diz respeito a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero dar a palavra a V.Exa. Quero apenas enquadrar regimentalmente a concessão.

Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, eu me inscrevi para participar dos debates e gostaria de poder debater o tema pertinente à reunião de hoje: as pesquisas eleitorais. Agora, se por um acaso, quem for se inscrever para os apartes,



e os apartes forem um debate, aí eu quero me inscrever para os apartes também, para poder debater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - V.Exa. deveria seguir as inscrições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Seguirei.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - ...para que todos os Parlamentares aqui pudessem expressar, de forma democrática, as suas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Seguirei e, com a flexibilidade que a Presidência tem adotado desde a primeira sessão, passarei a conceder cinco minutos, com apartes dentro do tempo de cinco minutos. O Parlamentar que conceder o aparte, regimentalmente estará obrigado a conceder a todos; não concedendo a um, não concederá a ninguém. O Regimento assim determina.

Portanto, com a palavra o Deputado Alceu Moreira, que disporá de cinco minutos para as considerações que desejar, com os apartes que entender conveniente conceder.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu quero me ater ao tema da discussão de hoje, quero me ater ao tema pesquisas eleitorais.

Qualquer raciocínio de natureza mercadológica na vida pública tira de nós a essência do debate político, que é a criatividade, a defesa de teses, a possibilidade de convencimento, modificação de pensamento da população, podendo isso se alterar no processo pela defesa que as pessoas fazem de suas propostas. Quando é um termo alheio a isto, e com a maior sofisticação que se possa ter — porque o volume de pagamento que se faz com as pesquisas pode chegar a um grau de sofisticação de não se encontrar crime quando criminosa é —, tecnicamente, ela é absolutamente correta, embora tendenciosa, porque, se tu pesquisares na origem errada, o número será certo, mas o resultado, equivocado. Basta pesquisar na origem errada. Se não se pesquisa na cidade em que se deveria, e tu imediatamente vais ter um outro resultado.

Então, o resultado pode ser moldado pela forma de se propor. Não há ninguém que encontre crime nisso, porque não está escrito na lei que a pesquisa



tem que ser feita em Belo Horizonte e não pode ser feita em Porto Alegre. Pode e deve ser feita em qualquer lugar.

Na minha opinião, isso é uma interferência indevida no processo político. Essa conversa de que tem que ter liberdade para tudo, porque tem que ter isso e aquilo... Ora, liberdade tem que ter responsabilidade. É com vistas ao resultado...

Então, eu gostaria que as pesquisas fossem um instrumento disponível como tecnologia de manejo interno dos partidos. Agora, publicar pesquisas semanais... Porque são absolutamente tendenciosas. Elas modificam o processo eleitoral, dão vantagens a uma candidatura. A pesquisa estabelecida próxima à eleição com vantagem a um candidato dá financiamento de campanha no modelo atual com maior volume para aquele que é vitorioso na pesquisa e menor para o outro; tira a capacidade de igualdade de competição. E qualquer elemento que tira a possibilidade de igualdade de competição no pleito eleitoral deve ser varrido do nosso meio, da responsabilidade desta Casa. A liberdade, quando é torpe, quando distorce o resultado desejado, não é liberdade, mas libertinagem — é outro nome. O Aurélio define como diferente isto.

Portanto, eu não concordo, absolutamente em nada, com isso. Gostaria que ela estivesse fora do processo, que as pesquisas fossem instrumentos partidários. E, se tivermos que ter pesquisas, essas têm que ser feitas pelo Tribunal Regional Eleitoral, em data aprazada pela lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra, pela preferência que tem, o Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, vou falar rapidamente, enquanto estamos todos presentes, não sobre o tema de hoje, porque eu pretendo primeiro ouvir os colegas, mas insistindo com aquilo que tem sido minha posição como Relator — já fizemos com diversas bancadas —, ou seja, de me reunir com cada uma das bancadas ou com a parcela da bancada que esteja mais envolvida com o cotidiano do debate da reforma política, para que possamos ir aproximando posições, na medida do possível, até a data que combinamos de apresentação do relatório, que é em torno do dia 15 — a última audiência pública é no dia 10.



Hoje, às 17 horas, eu vou estar reunido com a bancada do PSC. Pelo que sei, esta semana vou participar do almoço/reunião, dia 25, da bancada do PCdoB. Inclusive já suspendi o café da manhã do dia 25, para me resguardar para o almoço. Mas quero dizer a todos os Parlamentares de partidos que ainda não organizaram um diálogo como esse, que é um diálogo mais tranquilo, de troca de ideias; e que o Relator está à disposição em qualquer momento para que possamos perceber aquilo que constitui maioria na nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero aproveitar o gancho do Relator. O nosso Líder decidiu que nós, membros da Comissão, representaríamos o partido nessa... Ele não gostaria que ampliasse o debate na Comissão, que fosse levado por nós a conversa que teremos com V.Exa.

Então, fica a seu critério. Eu quero que V.Exa. inscreva o PP para a data que entender, numa terça-feira, quarta-feira ou quinta-feira. Fica marcado com os membros da Comissão presentes: Deputado Simão Sessim, Deputado Esperidião, Deputado Maluf, Deputado Márcio Reinaldo, Deputado José Otávio Germano. Pode marcar. O Líder já determinou isso por nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, primeiro, com relação a esse tema específico, a coisa já está melhor do que era, ou menos pior, digamos assim, porque, na Assembleia Nacional Constituinte, foi introduzido na Constituição Federal o instituto de dois turnos nas eleições majoritárias para Presidente, Governadores e Prefeitos em cidades com mais de 200 mil eleitores.

Antigamente, as pesquisas influenciavam muito mais, porque as pessoas tinham um voto útil muito mais presente na sua intenção e no desejo de votar. Isso fazia com que, muitas vezes, as pessoas não votassem em quem queriam e, sim, em quem poderia ganhar, já que as eleições tinham um turno apenas. Mas agora as pesquisas continuam influenciando, Sr. Presidente, principalmente no sentido de amealhar recursos e criar uma desigualdade na arrecadação de recursos nas campanhas. Muitas vezes, se divulgam pesquisas no início da campanha, colocando



uma distância enorme de um candidato para o outro candidato, no sentido de que o candidato que está acima consiga amealhar mais recursos e ter um desenvolvimento da sua campanha melhor do que o seu adversário. E disso temos exemplos repetidos pelo Brasil afora.

Eu cito, a seguir, um exemplo em que foi vítima o Partido dos Trabalhadores. Na eleição de 2006, no Estado da Bahia, o candidato Jaques Wagner estava muito abaixo do candidato que representava o Governo de então. Inclusive... Chegando-se perto da eleição, a diferença foi diminuindo, e, na véspera da eleição, no *Jornal Nacional*, a diferença ainda era grande. No dia seguinte, o candidato Jaques Wagner venceu o seu adversário no primeiro turno!

Cito outros exemplos, como o a questão do ex-Deputado Fernando Gabeira, no Rio de Janeiro. Agora, um exemplo que me foi muito presente e que eu passo a V.Exas. como exemplo prático da influência de uma pesquisa eleitoral. É aqui no Distrito Federal. Citei um exemplo em que o PT foi vítima. Posso citar um exemplo que beneficiou o Partido dos Trabalhadores. Aqui no Distrito Federal, fazendo um estudo sobre a eleição passada, o candidato Toninho do PSOL obteve, até 15 dias das eleições, nas pesquisas, 1%. A uma semana das eleições, ele foi para 4%. Como os institutos fazem os ajustes... Na véspera das eleições, no *Jornal Nacional*, ele tinha 7%. No dia seguinte, como num passe de mágica, o candidato Toninho do PSOL obteve 14,25% dos votos válidos. Ou seja, se esses 14%, ainda que se tenha um crescimento na reta final, já tivessem sido mostrados nas pesquisas anteriormente, talvez o crescimento dele poderia ser muito maior e ele poderia, por exemplo, ultrapassar a candidata que foi adversária do candidato vencedor, que era a candidata Weslian Roriz. Então, isso mostrou que a pesquisa influenciou.

Mas cito outro exemplo ainda. O candidato do PV, Eduardo Brandão, tinha, a 15 dias das eleições, 0% nas pesquisas — não chegava nem a 1%. Na véspera das eleições ele tinha 1%. No dia seguinte, sábado, o *Jornal Nacional* noticiou que ele tinha 1%. E no dia seguinte, como num passe de mágica, ele teve 5,64% dos votos dos eleitores do Distrito Federal. Ou seja, de um dia para o outro multiplicou por cinco, e não acontece nada com o instituto de pesquisa.

Então, eu considero que tentar proibir divulgação de pesquisas não vai ter um efeito prático, até porque hoje existe Internet. Talvez fique até pior, porque vão ficar



inventando pesquisas. O que deveria ser feito seria estabelecer uma punição aos institutos de pesquisas que erram de forma flagrante, como nos exemplos que eu citei. Eles tinham que ter uma punição, porque senão sempre vão ser máquinas de arrecadar dinheiro. Fazem um acordo com o candidato para já divulgar uma pesquisa no início da campanha, para que aquele candidato fique na frente, consiga amealhar mais recursos, ou mostre que ele tem chance.

Então, os institutos de pesquisas não podem brincar com a população e tentar influenciá-la como o fazem. Existem institutos sérios. Há casos em que, pelos resultados, não têm como se fazer um juízo de valor concreto de que houve má-fé. Agora, os resultados mostraram que os institutos estavam errados, e muito errados. Então, os institutos, de duas uma: ou agiram de má-fé ou foram extremamente incompetentes. E, na minha opinião, nos dois casos, como influencia o resultado das eleições, eles têm que ter, sim, uma punição no nosso sistema legal quando participarem de uma fraude...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Reguffe, o tempo de V.Exa. está esgotado.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra a Deputada Íris Araújo. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Miro Teixeira, que disporá de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Vou tentar ser objetivo, Sr. Presidente, e dentro do tema.

Primeiro, como eu ouvi algumas coisas, só quero dizer que não concordo com os conceitos sobre o direito de qualquer revista, no caso a revista *Veja*, ou qualquer jornal publicar qualquer fato. Nós temos uma franca liberdade de imprensa no País assegurada pela Constituição. E pontos de vistas divergentes do meu não são necessariamente pontos de vistas errados. Às vezes os meus estão errados — muito raramente, aliás.

Com relação a essa discussão sobre excesso de liberdade, quero dizer que não existe excesso de liberdade, não existe pouca liberdade, não existe muita liberdade. Existe liberdade. Um velho senhor barbudo, Karl Marx, censurava até — quer dizer, condenava. Ele não censurava, ele batia muito na censura — a utilização



de plural na palavra “liberdade”. Liberdades não existe; existe liberdade. Não existe parcialmente a liberdade; não existe uma particular. Se uma puder ser de alguma forma reduzida, a liberdade, no seu conceito central, está reduzida.

Voltando à discussão objetiva sobre pesquisas, diria que os exemplos do Deputado Reguffe se misturam. Num dos exemplos, um candidato, na véspera, tinha metade do que foi apontado no dia seguinte nas urnas. Então, a pesquisa negativa poderia ter estimulado eleitores a votar nesse candidato? Então, nós sairemos do plano da legislação, do processo legislativo do que devemos fazer para estudos sociopolíticos. Relevante, porém sociopolíticos. Ninguém pode determinar o que é a realidade, como disse um outro senhor. A realidade é superior ao conhecimento.

Nesse caso de pesquisa, eu insisto: as proibições, em primeiro lugar, em relação a prazo de divulgação, isso já foi contestado no Supremo Tribunal Federal. O Relator, Ministro Lewandowski, enfim, a unanimidade do Tribunal considerou que é cláusula pétrea. Ou seja, nem por emenda constitucional vai-se fazer qualquer restrição. Não vamos perder tempo. Tem uma decisão da Suprema Corte que é unânime. E agora, entrando na discussão política, pessoalmente, para meu uso, acho a restrição nociva. As autoridades brasileiras têm a mania do "proibir". Cada vez tudo vai ficando mais proibido, proibido, proibido, proibido. Mas, no caso das pesquisas, eu lhes afirmo, por uma convicção, da análise da decisão do Tribunal com a realidade, que todos vocês experimentam, como eu experimento: as proibições criaram um oligopólio dos institutos de pesquisa. Há necessidade de registro 5 dias antes. Aí vai lá um instituto e registra todo dia uma pesquisa. Ele só divulga a que ele quer. Primeira coisa: pode ir ao TSE e ver que há registros de pesquisas que depois não tiveram divulgação. Eles só divulgam a que eles querem divulgar. A segunda coisa é dizer que isso estimula o financiamento de campanha. Pode influenciar, sim. Porém, o financiador de campanha não se orienta pela pesquisa que sai na Rede Globo ou no *Correio Braziliense*. Ele encomenda pesquisas que não são divulgadas. E encomenda muito antes de qualquer prazo eleitoral. Ele, hoje, pode estar fazendo pesquisa de nomes prováveis para a Presidência da República daqui a 3 anos. A vedação é para a divulgação, não é para a realização de pesquisas. Então, quem tem dinheiro pode fazer a hora que quer. O conhecimento público só se dá com as limitações impostas pela lei. Não tem



que haver limitações, até para igualar o conhecimento do povo com aquele que tem dinheiro e que pode pagar a qualquer hora. E o povo sabe pela divulgação. Para nivelar o conhecimento dos cidadãos é preciso liberar.

Finalmente, nessa mesma linha lógica de pensamento, as universidades, de um modo geral, as grandes universidades, a Universidade Federal Fluminense, especialmente, têm um departamento de estatística. Eu estou falando de um caso concreto. O departamento de estatística é formidável. Aqueles professores organizam modelos de pesquisa, e os alunos saem fazendo pesquisa. Agora, não é para divulgar. Não pode divulgar. Nas vezes em que elas foram divulgadas e registradas, elas realinharam pesquisas no Rio de Janeiro. Então, o mundo universitário, com essa liberação, poderá ser trazido para o debate pelos partidos políticos, por organizações não governamentais. E acaba esse inferno.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Evitando o cartel, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É claro! Acaba esse inferno do domínio de três ou quatro empresas, que acabam sendo as autorizadas a publicar.

Era apenas um registro para liberar geral. Vamos celebrar que se faça pesquisa no quarteirão, pela Internet. Ou melhor, pesquisa, não pesquisa pela Internet, porque aí se limita um público. Mas uma pesquisa, com um recorte social proporcional ao eleitorado de um bairro. Que se publique na Internet. Que um partido político possa fazer isso, que um candidato possa fazer isso. Porque o que existe hoje é que é ruim. E o que está apontado aqui como manipulação é pelo que existe hoje.

Então, veja só como é contraditório: o que existe hoje é ruim, mas nós vamos manter o que existe hoje e só criar punição? Arrumar prova em discussão estatística é difícilimo. Eu não vou usar a palavra "impossível". Mas vou dizer: é difícilimo detectar uma deformação numa curva inicial de uma sucessão de curvas. O que vai acontecer lá na frente, em escala exponencial, não dá para... Pode-se encontrar qualquer resultado que se quiser. Agora, manter isso aí sem que se possa ter uma universidade no dia seguinte contestando publicamente, sem precisar registrar, eu acho um erro.

É a minha contribuição para o Relator. Se chegar a essa conclusão e se precisar — que não precise —, se vier a precisar de uma colaboração para



acrescentar erros a outros já existentes na minha própria biografia, eu lhe darei os artigos que podem, no meu ponto de vista, criar esse ambiente de liberdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Senhores, eu me encontro inscrito. Não se tratando de sessão deliberativa, como o Regimento determina, eu dispenso a formalidade — até por uma questão de economia de tempo — de me ausentar da Presidência.

E gostaria de dizer o seguinte: primeiro, em relação à questão da revista *Veja*, eu peço aqui ao Henrique Fontana, por gentileza... Eu acho que eu já critiquei a revista *Veja* inúmeras vezes, e nunca vou me dispensar desse direito. A revista *Veja*, a Rede Globo, enfim, a imprensa nacional. Já fiz isso por diversas vezes. É evidente que não generalizo. Nem esse, nem aquele instrumento ou veículo de comunicação. Prefiro atingir os fatos às pessoas; prefiro ir ao debate e descaracterizar o argumento a descaracterizar a pessoa. Não é justo. Aliás, inclusive já sofri muito no Parlamento brasileiro, no Congresso Nacional, quanto muitos não conseguem descaracterizar minha fala e tentam descaracterizar a minha pessoa. Porque, na verdade, não têm se sucedido bem. É mais fácil descaracterizar minha fala do que minha pessoa. A minha vida política, pública, como as dos demais, é muito transparente. E muitos tentaram, certa vez, por conta das posições que adotei no Senado Federal, me colocar pelo avesso, sobretudo no Estado de Sergipe, e não conseguiram. Portanto, sinto-me muito à vontade.

A Deputada Rosane disse assim: "*Mas eu não acho que V.Exa., Presidente, caracterizaria como eles querem cassar o seu voto*". Eu apenas acrescentaria, mas eu caracterizo exatamente assim. Colocaria apenas aqui: "direto": Eles querem cassar seu voto "direto" nos Parlamentares, Vereador, Estadual e Federal. Porque lista fechada preordenada é inconstitucional. Porque a lei diz que o poder emana do povo, que exerce através de representantes — art. 14 — eleitos por voto direto. E aí é cassar o meu voto direto de escolher Parlamentar, Vereador, Estadual e Federal.

Eu acho que cada um tem que ter sua suposição de assumir diante da Nação a posição que tem. Isso é a coisa mais legítima possível. Ilegítimo é ficar se escondendo. Eu nunca me escondi, neste Parlamento, de nada. Tenho minhas posições muito claras.



Por exemplo, em dado momento, Deputado Miro Teixeira, eu fui contrário às pesquisas. Há uma alegação de que a proibição é inconstitucional. Se o Brasil respeitasse um pouco mais a Constituição e aquilo que a gente chama de princípios constitucionais e estabelecesse a hierarquia que existe entre os princípios dentro da mesma Constituição, até com o direito de considerar normas constitucionais inconstitucionais, que é um direito consentâneo com a teoria constitucional, as coisas seriam vistas de forma diferente.

Nós temos o art. 1º da Constituição, que diz que o Brasil se constitui em Estado Democrático. Partindo desse princípio, temos que entender o que é democracia, e que acima de tudo é o respeito à vontade do povo.

Abro um parêntese. Eu assisti aqui à parte da entrevista do Ministro Nelson Jobim, da qual eu discordo, quando fez a citação de uma frase que, para mim, não comporta no debates. Ele iniciou perguntando: *"Que democracia nós queremos? Nós queremos uma democracia de partido ou de pessoas?"* Nem de partido nem de pessoas. A democracia é de vontade popular. É uma frase que não cabe, não comporta no contexto. É apenas uma frase que busca um efeito para negar as pessoas. Democracia de partido? *"Nós queremos uma democracia de partido ou de pessoas?"* Nem uma nem outra. Nós queremos uma democracia que respeite a opinião do povo, a vontade popular. Aliás, ele diz: *"...de idéias, que são partidos, ou de pessoas?"* Como se nós, pessoas, fôssemos amebas. Como se as idéias não fossem nossas, das pessoas, dos indivíduos.

Quantos crimes não se cometem em nome da democracia, não é? Pois democracia, para mim, é isso. Pois bem, qualquer instrumento legislativo que induza à ilegitimidade dos pleitos — e a pesquisa é um deles — fere o princípio que estabelece que o Brasil é um Estado Democrático. Se fere, induz, porque o eleitor não gosta de votar em quem vai perder; induz, porque tira você do páreo, enquanto candidato — e isso depende do estado psicológico de cada um — e retira até da campanha; retira os financiadores de campanha. E o Deputado Miro tem razão quando diz que as grandes empresas, as grandes instituições contrataram, mas eles sabem que quando a *Globo*, o jornal *Folha*, a *Veja* publicam, vão induzir e não vão atender aos interesses dele. Ora, ela contribui para a ilegitimidade da vontade popular. A vontade não chega às urnas escoimada dos vícios. Portanto, para mim é



inconstitucional, não é inconstitucional a proibição. Mas como não podemos, e já tentamos, transpor essa barreira no Supremo Tribunal Federal, não tem por que malhar em ferro frio. Ponto.

O Deputado Miro Teixeira tem razão — e quero comungar com o complemento dessa tese. Liberar com os critérios mínimos de acompanhamento. Mas temos que ter sabedoria suficiente. Tenho pensado, imaginado e discutido, inclusive, outro dia, com a Consultoria que serve a esta Comissão, como estabelecer uma norma jurídica que, identificada a inidoneidade do instituto, dê a ele o mesmo procedimento que é dado na lei de licitações àqueles que são considerados inidôneos. Sim, adianta. Na medida em que você pode excluí-la, e os seus profissionais, do processo de pesquisas eleitorais por 5 anos, e puni-los do ponto de vista criminal. Senhores, senhoras, eu tenho aqui uma conclusão.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Eu gostaria de pedir um aparte

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu também gostaria de um aparte na sua fala, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) Darei, se não houver...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Não demora 10 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) – ...angústia de alguém no plenário, pela questão do tempo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Devo dizer até que é aparte para elogiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado, no dia 16 de setembro de 2005, eu estava aqui tentando localizar o *Diário do Senado*, e fiz um pronunciamento. É um trechozinho pequeno, que vou citar. Fiz um pronunciamento com documentos, com jornais de 11 anos, de 1994. Vejam se isso é uma coisa decente ou se é uma excrescência produzida por instituto de pesquisa — à época, citei o nome e interpelei —, que foi o IBOPE. Vejam os senhores o que eu disse lá. O IBOPE, em 1994, em Sergipe, fez publicar no dia 1º de setembro, pelo *Jornal Nacional*, Rede Globo de televisão, uma pesquisa onde apontava o candidato Albano Franco ao Governo de Sergipe — prestam atenção, senhores! — com 44%, e Jackson Barreto, seu opositor, com 28%. Basicamente 30 dias para a eleição. Um com 44, outro com 28. São 16 pontos. Quinze dias depois, o mesmo IBOPE, no dia



14 de setembro, fez publicar no *Jornal Nacional* a notícia de que Albano Franco tinha saído de 44% para 50%, e Jackson Barreto, de 28% para 31%. Cinquenta para 31 é igual a 19, não é isso? Ajudem-me, por gentileza.

Na véspera da eleição, no final do mês de setembro, apresentavam Albano com 49 e Jackson Barreto com 31, uma diferença de 20%, senhores. Eu levei o jornal da época, um jornal marronzinho já, escurinho.

Os senhores devem saber, quando o *Jornal Nacional* publica pesquisa dessa ordem, o que faz a imprensa no dia seguinte. Está aqui: *Gazeta de Sergipe*, jornal do meu Estado do dia 2 de setembro de 1994: "*IBOPE confirma ampla vantagem de Albano*". Manchete seguinte: "*Pesquisa confirma vantagem de Albano*". *Jornal da Cidade*: "*Albano dispara na pesquisa do IBOPE*". Jornais seguintes: "*Albano ganha no primeiro turno*". Dois dias depois, abertas as urnas: "*Albano Franco perde a eleição para Jackson Barreto, com 20% de diferença*".

Senhoras, senhores, convenhamos! Convenhamos! Se existisse uma legislação punitiva... Primeiro, o que o Sr. Montenegro prefere? Que seja descaracterizado e classificado o seu instituto por falta de idoneidade técnica, portanto, cientificamente incapaz de realizar pesquisas? Ou deseja que nós o classifiquemos pela falta de idoneidade moral? Qual das duas o Sr. Montenegro prefere? Porque está comprovado, isso não é um erro de 2%, 3% de margem de erro. O que fazer com isso? O que fazer com uma palhaçada dessa? Eu pergunto aos senhores: estabelece legitimidade? Pois bem, Jackson Barreto, naquele momento, ganhou com 1.200 votos, no primeiro turno. Quando o IBOPE, na antevéspera...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, ele que perdia por 20%. Quem perdia por 20, ganhou com 1.200 votos na frente.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Ganhou no primeiro turno já. É isso que ele estão dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ele perderia no primeiro turno. Ele, Jackson Barreto, perderia no primeiro turno com uma diferença de 20%.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Mas quando abriram as urnas, ele ganhou.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quando abriram as urnas ele ganhou, no primeiro turno; foi para o segundo turno e perdeu. Lá é outra razão.

Pois bem, 15 dias antes da eleição, eu, Prefeito de Aracaju argumentei: *"Jackson, parceiro, você está morrendo como peru, na véspera. Vá fazer campanha! Você está bem nas pesquisas! Não acredite nisso"*. Ele largou a campanha dele e foi fazer a campanha dos companheiros, e ganhou no primeiro turno.

O que é isto? Isto aqui é a defesa da legitimidade do processo eleitoral? É isso que é democracia? Isso aqui chama-se democracia, respeito à vontade do povo? Gente,...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - V.Exa. vai permitir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Claro. O povo tem que votar de forma livre...

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Senão passa do mote.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ... não induzido. Isso é uma falta de vergonha. Isso é uma falta de vergonha! Isso é uma falta de vergonha!

E o Sr. Montenegro, o IBOPE, não respondeu coisíssima nenhuma, até porque não tinha nada para responder. Ou ele aceita o carimbo de inidôneo, moralmente, ou ele aceita o carimbo de inidôneo, cientificamente. Ou um ou outro. Não há meio termo.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - É que nós não temos esse instrumento para carimbar ninguém de nada.

Agora, eu concordo com V.Exa. na questão da busca da penalização. Existe, na legislação penal, caminhos à vontade, desde que caracterizado que há vantagem ilícita, há fraude, enfim. O que V.Exa. descreveu e bater carteira são a mesma coisa. A capitulação é diferente no Código Penal, apenas isso. Não há muito mistério nessas coisas. Isso é muito simples. É que nós temos sempre que complicar as coisas simples.

No caso da vedação das pesquisas, não foi levada ao Supremo uma inconstitucionalidade de emenda constitucional. E V.Exa. fez essa referência citando até a possibilidade de que aconteça declaração de inconstitucionalidade com inconstitucionalidade de emenda constitucional, aliás, tese do Prof. Otto Bachof consagrada na Europa, e aqui no Brasil já é admitida. O que o Supremo considerou



foi a inconstitucionalidade de dispositivo de lei, e, se não me engano, da Lei nº 9.504, que proibia — aliás, não sei se foi o Deputado Ricardo Berzoini o autor desse dispositivo — a divulgação de pesquisas 15 dias antes das eleições. E consideraram lá no Supremo, e acho que consideraram certo, que até o dia da eleição pode-se publicar pesquisa. Pode publicar até no dia. Os institutos é que não fazem. Mas pode. Qual é o nosso erro? É manter este cartelzinho de institutos. Eu adoro pesquisa. O que eu não gosto é desse cartel de institutos. Não gosto. Agora, quem fez esse cartel? Fomos nós.

Outra coisa, ao mesmo tempo em que criamos uma regra, que acaba permitindo ao instituto fazer divulgação até o último momento do último minuto da última hora do dia da eleição, nós criamos aqui regras impedindo propagandas de candidatos no dia da eleição, criando uma zona de sombra 48 horas antes. Nós silenciámos os partidos e as campanhas com a lei errada, equivocada. Quarenta e oito horas antes nós silenciámos a política no processo político. Isso é de enlouquecer! Isso é de enlouquecer! Porém, está aqui uma oportunidade de se debater. Deixa só para as pesquisas, deixa para os editoriais que, eu insisto, têm que ser livres, sim. Eles estão com a liberdade que devem ter. Agora, nós restringimos a liberdade do partido político e do candidato e da candidatura de se comunicarem com o povo nas 48 horas principais. Essa é outra coisa que eu remeto ao Relator, e se V.Exa. puder fazê-lo, já que ele teve um chamado urgente. Eu também tenho um agora. As Lideranças estão chamando.

Eu cumprimento V.Exa. Acho que a pregação da liberdade, no singular, dá liberdade, tem que ser a tônica no Brasil.

Obrigado e parabéns.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, 10 segundos. V.Exa. fez uma verdadeira análise de um pleito. V.Exa. deu ênfase muito grande à forma com que atuou um dos institutos.

No meu arrazoado inicial do debate, eu disse que o foco também é, e deve ser, a imprensa, a forma como é divulgado. Nós precisamos discutir até onde a imprensa influencia, com o tipo de manchete, na discussão, nas análises. V.Exa. falou em jornais, falou de um jornal de Sergipe, falou do *Jornal Nacional*, mas



precisa também colocar isso como discussão, não só a do IBOPE, mas a maneira como a imprensa deturpa, às vezes, o resultado de uma pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por essa razão é que eu, particularmente, concordo, nesse aspecto, com o Deputado Miro Teixeira. Quanto mais liberdade melhor, embora se possa estabelecer o mínimo de regulamentação e, sobretudo, nós aguçarmos a inteligência aqui de cada um, a sabedoria, para criar um instrumento punitivo para excrescências como essa.

Eu quero até pedir desculpas às senhoras e aos senhores porque eu sei que me exaltei, é claro, não com as pessoas, mas com a tese.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pelo contrário, foi brilhante a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Lamentavelmente alguns têm...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não quero ganhar mais tempo, não, mas foi brilhante a sua apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Às vezes a gente fala pelo coração e não pela razão. E eu confesso que tenho esse defeito: a alma funciona e tem hora em que eu tenho que segurar um pouco mais.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu pedi um aparte, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu concedo. Depois concederei a palavra, pela ordem de inscrição, à Deputada Erika Kokay. Porém, considero que o meu tempo já acabou por demais.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Obrigada. Quando eu estava me pronunciando, V.Exa. me pediu um aparte e colocou claramente que V.Exa. não achava que aquilo era uma indução. Que, na verdade, a revista em questão — voltando àquele assunto — só defendia uma posição. E eu respeitei isso.

Há pouco, na sua fala — o meu aparte se deve a essa fala —, V.Exa. disse claramente: “A *Globo*, a *Folha*, a revista *Veja* induzem o eleitor. Então eu considero essa segunda fala de V.Exa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - É, induzem. É, S.Exa. colocou claramente isso. *(Pausa.)* Pois não?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O IBOPE.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - O IBOPE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Os veículos reproduziram o resultado da pesquisa.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Mas foi num outro contexto. Eu quero só colocar uma coisa, para que não fique, principalmente para as pessoas que nos assistem, dúvidas. Eu só coloquei claramente... A minha fala era sobre o que a mídia está colocando, o que está sendo discutido da reforma política e a importância de nós sermos produtivos aqui e realmente fazermos com que esta Comissão traga a reforma política que os brasileiros e as brasileiras esperam de nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Grato, Deputada Rosane.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Presidente, eu diria que V.Exa. usou a paixão, e que bom que se faça política com paixão, porque política é um exercício humanista.

Primeiro eu gostaria de pontuar dois aspectos. Acho que nós devemos construir uma proposta de reforma política que tenha dois aspectos fundamentais. Um deles é a "desfulanização" e a priorização das ideias, das propostas, dos projetos, em detrimento das características individuais. O segundo é: tirarmos a influência do poder econômico sobre as eleições, para que nós possamos seguir a Constituição. A radicalidade democrática impõe que todo poder emana do povo. E é nesse contexto que nós devemos encarar as pesquisas eleitorais.

As pesquisas eleitorais são um instrumento, uma variável que impede que o poder emane realmente do povo a partir da compreensão e da sua inserção na discussão política.

Partindo desse pressuposto, primeiro, acho que temos que construir, sim, um instrumento de penalização das pesquisas, a partir do ferimento da sua condição moral e da sua condição técnica, condições essas que se misturam. Ou seja, no momento em que não há a idoneidade moral, obviamente que você utiliza e fere a tecnicidade e a cientificidade, ou coloca os instrumentos e as condições de uma pesquisa a serviço não de constatar o real sentimento e a real intenção de voto, mas



de manipulá-lo em benefício de uma candidatura. Isso está ligado ao poder econômico.

O Deputado Miro Teixeira falava aqui que os grandes grupos fazem pesquisas, e é preciso que haja divulgação e a liberação absoluta. Mas eu digo que ele está racionando sobre as condições que existem hoje. Nós estamos defendendo financiamento público de campanha, em que você tira o poder econômico dos grandes grupos e a sua influência no processo eleitoral. Então, se eu parto do pressuposto de que os grandes grupos econômicos fazem pesquisa e por isso é preciso liberá-las e que elas sejam de domínio público, eu estou raciocinando com as características e as condições que estão dadas hoje, e que esta Comissão tem a perspectiva de modificá-las no que for absolutamente atentatório ao que diz a Constituição: que todo poder emana do povo.

Por isso eu acho que não tem que se considerar e liberar as pesquisas. Acho que as pesquisas são instrumentos de dominação que vão além da discussão que nós queremos fazer, que é a discussão de projetos, o debate de ideias. Portanto, digo que, para além da penalização — acho que devemos construí-la —, é preciso que também atentemos para limitar o poder que os institutos de pesquisa têm, que não é absoluto. O próprio exemplo dado aqui, com muita paixão, pelo nosso Presidente, aponta que não é absoluto o poder das pesquisas. Embora toda essa manipulação tenha sido feita, o candidato foi vitorioso no primeiro turno, o candidato que estava sendo apontado, antecipadamente, como derrotado.

Creio que devemos limitar o poder das pesquisas. E digo nesse sentido, pontuando outro aspecto, o da importância de termos uma discussão de ideias, tirarmos o caráter de "fulanização" ou de personalização. Por isso eu defendo o voto em lista fechada. Acho que essa matéria da *Veja* é absolutamente criminosa, do ponto de vista da liberdade de expressão. Defendo o voto em lista predeterminada para valorizar o voto no que ele é fundamental, para não transformá-lo no voto em pessoas, em características individuais ou em celebridades que porventura possam surgir sem que tenham qualquer tipo de compromisso e de defesa de ideias — e se caracterizam por ideias. Portanto, não quero cassar o voto de ninguém e não admito que alguém diga que isso é uma cassação de votos, porque não é. Trata-se de fazer



com que o preceito constitucional que estabelece que todo poder emana do povo possa se dar sem variáveis que nos remontam à República Velha.

Por isso, cito o Sr. Deputado Miro Teixeira, que falou sobre o nosso filósofo barbudo, Marx. Direi outra coisa sobre Marx. Acho que tem razão, não podemos adjetivar a liberdade. Se adjetivamos a liberdade ou a condicionamos, de certa forma ela deixa de ser...

(Não identificado) - Nem pluralizar!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não podemos adjetivar a liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sra. Deputada...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Para concluir, Marx falava que não é verdade que temos liberdade de expressão, que nós temos liberdade de imprensa, que temos liberdade de impressão, ou seja, aqueles que têm recursos podem transformar uma opinião em fato. Os jornais e as revistas têm o direito de ter sua opinião, desde que seja transmitida como opinião, editorial, e não como fatos. Contudo, distorcer os fatos e fazer com eles possam se adequar a uma opinião sem dar direito inclusive ao contraponto é ferir a liberdade de imprensa e é fazer aquilo que Marx pregava, que é não liberdade de imprensa — o que nós não temos —, mas sim uma liberdade de impressão.

Por isso, fecho esta fala dizendo que é preciso construir instrumentos de penalização. Estou em absoluto acordo com isso. É preciso, inclusive, impedir a divulgação de pesquisas em um determinado ponto, porque elas realmente têm o objetivo de fazer com que o voto não seja fruto da percepção das sínteses de toda a discussão e da riqueza de um processo eleitoral ou da compreensão de projetos políticos ou de uma consciência política, mas que trate o eleitor como uma massa a ser moldada, uma argila a ser moldada de acordo com as mãos e os dedos de quem detém instrumentos ou institutos de pesquisa.

Concedo aparte ao Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sra. Deputada, concordo plenamente com o seu argumento. O fato de termos aqui um colega, um Deputado negro, não nos exclui de dizer que há racismo cínico no País. Os exemplos reducionistas são sempre com características de verdade, pecam pela redução.



Pega-se uma questão pontual: para ganhar ou para perder, se a pesquisa interferiu, a pesquisa é algo alheio à argumentação e ao convencimento dos atores do processo. Ela é interveniente, quase sempre desnecessária e manipuladora.

Portanto, se temos um órgão que arbitra a eleição, por que, no financiamento público, não estabelecemos que os Tribunais Regionais Eleitorais façam as pesquisas? Eles que façam isso, em tempo determinado. Eles arbitram as pesquisas, estabelecem com absoluta segurança e publicam os resultados. Entretanto, transformar numa picaretagem nacional que o resultado agrada mais a quem paga talvez não seja o melhor sistema democrático.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, antes que V.Exa. chame o próximo inscrito, quero dizer que daqui a pouco terá início a Ordem do Dia, e Exa. nos disse que há uma pauta de deliberações. Então, poderíamos inverter a ordem dos trabalhos e passar às deliberações, antes que fiquemos impedidos pela Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Acho que isso não seria interessante neste momento, porque quebraria o clima do debate, que, acredito, já concluiremos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Berzoini. Logo depois, falarão o Sr. Deputado Waldenor Pereira e o Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que este debate sobre publicações a respeito do trabalho da Comissão deve ser tratado com muita tranquilidade. Acho que a imprensa publica o que quer.

Se ficarmos preocupados em guiar nossos trabalhos pelas publicações, acabaremos nos desviando de um diálogo muito positivo que está ocorrendo nesta Comissão.

Tenho dado entrevistas em alguns lugares onde debate-se a reforma política e tenho dito que, embora pareça que a Câmara não esteja avançando, acho que estamos avançando de maneira muito mais madura e refletida do que na outra Casa do Congresso Nacional.

O debate está sendo bom. Não adianta ter pressa para se fazer a reforma política para 2012. Se o fizermos, vamos criar insegurança jurídica, porque teremos



de aprovar várias medidas rapidamente e depois submetê-las, eventualmente, a apreciações de inconstitucionalidade, pois alguém poderá contestá-las no Supremo Tribunal Federal. O próprio TSE teria de se adaptar às mudanças em tempo recorde.

Então, vamos pensar com o horizonte de 2014 e ter a tranquilidade de entender que a imprensa emite suas opiniões, às vezes sob a forma de editorial, às vezes sob a forma de matérias. Algumas publicações estão perdendo credibilidade a cada mês que passa. Outras mantêm sua credibilidade porque têm uma linha editorial mais séria e mais correta. Então, cada leitor pode assinar ou não, pode comprar ou não. Não vamos nos preocupar com isso.

Sou defensor do voto em lista e acredito que o voto em lista é tão democrático quanto qualquer outra forma de votar. Não fosse assim, não teríamos tantos países democráticos, de profunda inspiração democrática, inspiradores de outras democracias que adotaram o voto em lista, assim como os países que adotaram o voto em lista com o distrital, que adotaram o voto em lista com outras mediações.

O fato é que essa modalidade é tão democrática quanto o voto nominal. Na minha modesta opinião, ela é constitucional — ainda que V.Exa. tenha outra opinião sobre isso.

Quanto à questão das pesquisas, também acho que devemos ter muita tranquilidade. A realização de pesquisas é inevitável. Todos aqueles que vão disputar uma eleição têm a curiosidade de saber qual é o seu potencial. Imaginar que vamos criar mecanismos que impeçam a divulgação também seria algo absolutamente irrazoável. E imaginem construir mecanismos que reduzam o poder de manipulação — e na atual legislação há vários dispositivos —, como disse muito bem a Deputada Erika Kokay.

Na Bahia, em 2006, o companheiro Jaques Wagner não aparecia em nenhuma pesquisa à frente — ao contrário, aparecia léguas de distância do seu adversário —, mas venceu no primeiro turno.

Isso prova, de um lado, que a manipulação é possível e, de outro lado, que ela não consegue induzir plenamente os eleitores. É claro que há uma parcela do eleitorado, na minha opinião cada vez menor, que gosta de votar em quem ganha, em quem supostamente vai ganhar, porque ninguém sabe quem vai ganhar. Essa parcela dos eleitores tem de ser trabalhada politicamente. Os dois turnos já ajudam



nisso, porque nos permitem dizer o seguinte: *“No primeiro turno, expressa-se a identidade máxima. No segundo turno, expressa-se mais a rejeição do que a identidade.”*

Portanto, devo registrar que, nos debates que tenho feito no interior de São Paulo, é cada vez maior a demanda para que acabemos com o dispositivo discriminatório que veda o segundo turno em municípios com menos de 200 mil eleitores.

Esta é uma contribuição que, talvez, nos una por ampla maioria: fazer segundo turno para todas as eleições do Poder Executivo, de Prefeito a Presidente da República, com qualquer quantidade de eleitores, para termos sempre a oportunidade de uma aglutinação de forças no segundo turno.

Com o nobre Relator Henrique Fontana, eu me comprometi com essa tese em várias cidades, inclusive em Fortaleza, quando participei do debate junto com Zé Guimarães; comprometi-me nesta quinta-feira, em Pindamonhangaba, interior de São Paulo; comprometi-me numa plenária, em São Paulo, entre lideranças do movimento popular, onde também levantaram essa questão, algumas de cidades menores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. o meu magro apoio.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Um apoio de peso. Junto com o Relator, podemos começar um grande movimento para haver segundo turno em todas as cidades do Brasil.

É óbvio que a pesquisa cria algum nível de influência, mas as regras atuais já criam mecanismos, na minha opinião, que podem ser bem utilizados.

Juntamos a isso a sugestão do Sr. Presidente no sentido de que haja consequências para a atividade do instituto, pois acho que é essa, talvez, a principal forma de colocar um freio nas manipulações descaradas que vimos em várias eleições. Vamos criar uma penalidade que afaste o instituto que, comprovadamente... E quando digo comprovadamente, há mecanismos de apuração, Sr. Presidente — e V.Exa. sabe disso —; há formas de se acompanhar algum nível de deslegitimação do processo de pesquisa.



Estatisticamente, é possível manipular? Claro que é possível, mas essa manipulação deixa rastros. A fiscalização pode apurar se houve ou não manipulação.

Então, quero sugerir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Berzoini, sobre esse aspecto, sem nenhuma polêmica.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Permita-me 30 segundos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Se o Presidente autorizou o aparte, eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Digo a V.Exa. e aos demais que quem desejar me contratar para fazer uma pesquisa pode indicar o resultado que eu entregarei o resultado que pedirem. E mais: os questionários com o endereço e o nome das pessoas pesquisadas, e darei exatamente o número que me solicitarem.

É simples fazer isso.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - E se me permitir auditar a sua pesquisa, eu comprovarei a fraude da pesquisa. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É simples, porque, num universo de 800 pesquisados, conforme registro no Tribunal Eleitoral, eu vou a campo, pesquiso...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Dois mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Cinco mil pessoas e escolho os questionários que deem o resultado que V.Exa. deseja.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Mas isso deixa rastros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E lhe entregarei todos com endereço, nome e tudo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E colocarei fogo no restante.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Exatamente. Mas isso deixa rastros, pelo menos da equipe que coordenou a pesquisa.



Sr. Presidente, acho que é fundamental buscarmos uma forma que ameace, digamos, o patrimônio profissional daqueles que usam o método da manipulação como um meio de ganhar dinheiro desonestamente nas campanhas eleitorais.

Então, é esta é a minha sugestão.

Sr. Presidente, quero apoiar a sua proposta e, ao mesmo tempo, reafirmar — o que não tem a ver diretamente com o assunto, mas passa um pouco pelo nosso debate — a questão do segundo turno em todos os municípios.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu não gostaria de contratar o seu instituto, não. Como é o nome dele? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Waldenor Pereira, por gentileza.

SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, embora eu seja da Bahia e seja testemunha da fraude de pesquisa eleitoral a que nos submetemos, que redundou, felizmente, na eleição do nosso Governador Jaques Wagner; embora reconheça que pesquisas eleitorais podem realmente interferir no resultado eleitoral, quero colocar em debate uma questão, na minha opinião da maior profundidade, a respeito da democracia, da participação popular.

Sr. Presidente, a pesquisa eleitoral interfere no resultado eleitoral porque, infelizmente, existe uma população despolitizada. A interferência será maior ou menor em razão direta do nível de politização da população. No caso brasileiro, essa despolitização tem uma relação direta com as dificuldades de participação da população. É negado ao povo a possibilidade de maior participação na política.

Portanto, na minha opinião, esse assunto nos convida mais uma vez à reflexão de que a reforma política não deve se limitar a mudanças pontuais do sistema eleitoral. Quando o assunto pesquisa eleitoral se apresenta, ele nos convida também a debater, por exemplo, a questão da democratização da informação e dos meios de comunicação, que não diz respeito ao sistema eleitoral, mas diz respeito à veiculação de informações, à publicação das pesquisas, à participação do poder econômico no processo eleitoral.

Por isso, Sr. Presidente, de forma muito objetiva, eu acho que não seria o caso, na minha opinião, de impedir, cercear a publicação de pesquisas eleitorais. A discussão desse tema nos convida a um aprofundamento muito maior a respeito da



democracia direta, da democracia participativa, da construção de espaços que convidem, que possibilitem à população ter uma maior participação na vida política do País.

Quero dizer a V.Exa. que, na minha opinião, nós deveríamos — reconhecendo a interferência no resultado eleitoral —, no máximo, estabelecer uma antecedência para a publicação do resultado das pesquisas eleitorais. E proponho que essa antecedência seja de uma semana antes das eleições.

Esta é a nossa contribuição e opinião a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, quero primeiro cumprimentar nossos colegas, o nosso Presidente, a assessoria que nos acompanha nesta Comissão. Como todos aqui teceram comentários, eu não poderia deixar de fazer um pequeno comentário sobre essa matéria.

É evidente que eu, em primeiro lugar, defendo que toda e qualquer publicação e opinião circule no País, mas digo aqui com segurança que ela é uma matéria bastante equivocada no sentido do conteúdo, até mesmo pela experiência que nós temos no mundo inteiro de vários países que adotam esse sistema. Mais do que isso, é uma matéria que traz um traço autoritário, porque termos opiniões diferentes sobre qual o melhor sistema de financiamento, de votação, de tantas coisas é o normal numa democracia, mas pretendermos satanizar um modelo, parece-me que traz aqui um traço um tanto autoritário e de intolerância.

O bom é que nós estamos avançando na nossa Comissão de Reforma Política. Estamos avançando a tal ponto que setores que tinham uma visão de que a reforma, Deputado Alceu, poderia não nascer, não acontecer, começam a se preocupar em criar determinados desgastes para a possibilidade real da reforma. Eu aproveito, Sr. Presidente, para esclarecer que a Comissão, e isso já se tornou público pela fala de diversos Deputados, tem se concentrado num sistema de votação misto, a despeito do fato de que todos têm suas qualidades e defeitos: o sistema distrital puro tem suas qualidades e defeitos; o sistema de votação em lista — o que eu, pessoalmente, entendo como o melhor — tem suas qualidades e defeitos, mas aqui a matéria está um tanto quanto atrasada porque a própria



Comissão tem debatido para encontrar um sistema misto que possa constituir maioria e que nos permita avançar na reforma.

Tenho defendido com os colegas, tenho procurado explicar e tenho levado para o debate público — hoje estamos repassando um artigo para ser publicado num dos grandes jornais do País — a ideia do chamado voto proporcional misto, que dá ao eleitor mais do que o voto que ele tem hoje. Hoje o eleitor só pode votar no Deputado da sua escolha. Esse novo sistema amplia o poder de voto do eleitor, ou seja, é mais democracia, é mais poder ao eleitor, é mais influência para o eleitor, porque, além de escolher o Deputado da sua preferência, ele também escolhe um programa político da sua preferência, votando duas vezes, e levando-se em conta esses dois votos na formação da composição da Câmara de Vereadores, da Câmara Federal ou da Assembleia Legislativa. E, como já falamos, se um partido como o PV elege quatro Deputados no Rio de Janeiro, por exemplo, dois são os primeiros dessa lista constituída de forma democrática, com um conjunto de preocupações — se bem que eu penso também que os partidos não podem ser tratados como estruturas irresponsáveis.

Os partidos têm de ter liberdade sobre como eles se organizam, e o eleitor é que deve levar em conta a forma como os partidos se organizam para, por exemplo, apresentar candidaturas. Se um eleitor entender que o partido “A” é um partido autoritário, de caciquismo, que não valoriza um filiado jovem etc, o eleitor deverá, num processo de amadurecimento democrático, punir esse partido. Nós temos de ter cuidado — talvez seja o erro do jornalista que assina essa matéria da revista *Veja*, —, porque, às vezes, a falta dessa convicção democrática nos faz tomar o lugar do eleitor como se o eleitor fosse um cidadão incapaz de tomar a sua decisão. Então, nós estamos aqui atrás de um sistema político melhor, para permitir uma transparência maior de informações, uma igualdade maior entre os candidatos etc. Entretanto, o senhor efetivo de uma mudança profunda na política brasileira e na cultura política brasileira é o eleitor, é o cidadão, é o nível de politização a que o País conseguirá chegar.

Sobre o tema pesquisas, Sr. Presidente, eu também tenho uma posição construída historicamente no sentido de verificar muitas manipulações de pesquisa. E a paixão com que o Presidente falou aqui, eu já vivenciei muitas vezes. Aliás, eu



digo brincando, assim como deixei de fazer uma brincadeira com meu colega Berzoini — ficou muito bem, Berzoini aqui com esse capote verde, houve uma fotomontagem aqui, dando um visual, preparado para o inverno gaúcho, Deputado Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - É porque o meu pai era militar, deve ser verde-oliva.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ah, deve ser verde-oliva.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Capote bolchevique.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Voltando às pesquisas, Deputado Simão, existe uma questão muito incrível nesse produto chamado pesquisa, porque é evidente que é um produto e é uma técnica que pode ser feita com a mais absoluta precisão, ou com grande precisão, só que ele é um produto, Deputado Efraim Filho, que não pode ser testado. Esse é o grande problema da pesquisa.

Como sempre se diz que a pesquisa é o retrato de um momento, e o único momento em que se pode testar se o retrato está certo é na chamada pesquisa de boca de urna, porque em todas as outras não há como testar, sempre poderá haver argumentos.

Eu ouvi entrevistas fantásticas, explicando que houve uma reviravolta de último momento na Bahia, por exemplo, que levou o Governador Jaques Wagner, que ia perder a eleição, a ganhá-la no primeiro turno. Então, esse é o drama desse produto. E como esse produto tem uma função muito forte no processo eleitoral, ele abre um conjunto de leques, assim como outras atividades humanas.

A pesquisa pode ser feita de forma honesta, tecnicamente adequada etc, mas também pode ser feita de forma desonesta. Assim como a política tem a possibilidade de ser influenciada por atos ilegais ou por questões antiéticas, a Medicina também, as demais profissões, qualquer atividade humana, a atividade da pesquisa também sofre esse mesmo risco.

Governador Espiridião Amin, eu já cheguei a uma cidade do interior do Rio Grande do Sul a uma semana da eleição, Presidente Almeida Lima. A cidade tem dois jornais: na capa de um jornal estava garantida a vitória de um candidato com dez, quinze pontos de vantagem; na capa do outro jornal, garantida a vitória do outro



candidato com dez ou quinze pontos de vantagem. Às vezes, pode ganhar um terceiro.

Há um tema que partilho com nossos colegas, na condição de Relator: diante da ideia de darmos foco a nossa reforma e de dar corpo aos debates que fazemos, eu, com toda franqueza, não estou encontrando uma maneira de mexer nesse processo, a não ser o próprio amadurecimento do eleitor. Eu uso nas campanhas eleitorais a questão da pesquisa como um argumento ao contrário. Procuro lembrar outras histórias, porque, em geral, os candidatos que eu apoiei —já aconteceu também o oposto — estavam atrás nas pesquisas, os de majoritária. Agora, ultimamente, o meu partido está um pouco mais forte e tal.

(Não identificado) - Isso era quando o PT era pobre.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Há casos em que ele anda na frente. Mas, em geral, quando ganhamos a primeira eleição em Porto Alegre, quando foi eleito o Prefeito Olívio Dutra, eu me lembro de que ele era o quarto colocado nas pesquisas. Quando faltava uma semana, ele estava em terceiro. Quando chegou o dia da eleição, ele a ganhou. Para Governador, também ocorreu isso, quando o ex-Prefeito Olívio Dutra ganhou a eleição para Governador.

Outras vezes, não. Na última eleição, por exemplo, o Governador Tarso Genro começou bem nas pesquisas e concluiu a eleição, vencendo em primeiro turno, mostrando que a variabilidade é grande nesse mercado.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Relator, o Deputado Berzoini trouxe um dado importante, não sei de qual pesquisa: está diminuindo o percentual da influência sobre o eleitor. Eu não sei em que pesquisa ele viu esse percentual.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É porque ele começou a ganhar mais do que perdeu.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - É do “Data Percepção”. Pelo o exemplo do Presidente Almeida Lima...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Então, foi a do nosso Presidente Almeida Lima.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Por que algo que é tão importante para a orientação do eleitor não é uma instituição absolutamente pública, de fé pública e paga com recurso público? Por que temos de deixar à disposição dos



picaretas para eles fazerem o que bem entendem com esse processo? Para baixo ou para cima, interfere.

Por que nossa lei não permite que, regida pelo Tribunal Regional Eleitoral, por uma instituição pública de fé pública, com metodologia acompanhada pelos partidos, se aplique a pesquisa? Pronto. Por que vamos deixar ao sabor de terceiros?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas isso dá certo na eleição nacional, que é uma eleição só. Imaginem se tivesse de ter um ente público em cada município para fazer uma pesquisa municipal, que é direito de todos? Não se pode podar e cercear o direito do Município.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não. Alto lá. Todo município tem um ente público. Todos têm. Todos têm Ministério Público.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas não é o Ministério Público quem vai fazer a pesquisa. Aí lascou tudo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu, na condição de Relator, continuo, por óbvio, aberto para ouvir eventuais sugestões concretas dos colegas a respeito de qualquer alteração nesse item. No entanto, como estamos finalizando, os senhores repararam que nas últimas reuniões eu tenho procurado me expor, inclusive para receber o retorno dos colegas. Podem me procurar depois.

Eu tenho a visão neste momento de que, dentro da linha de foco que definimos, alguns pontos já cresceram muito no debate, tal como a ideia do financiamento público, que tem maioria, ou do tipo de financiamento, a forma de votação, a questão de coligações, a questão de trazer eleições para o mesmo ano. Como a reunião de hoje é sobre pesquisas, neste momento não tenho uma inclinação no sentido de, no relatório que estou construindo, apresentar mudanças nesse aspecto.

Todavia, se houver uma sugestão forte que tenha a maioria da Comissão, é lógico que estarei aberto para acolher tal tema.

Concedo um aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Deputado Henrique, penso que V.Exa. está correto na sua argumentação. Infelizmente, tive de comparecer ao plenário e não pude chegar aqui antes. Acho que o que nós podemos fazer é limitar a última pesquisa. Que ela não saia na sexta-feira, às vésperas da eleição.



Na verdade, essa pesquisa influencia diretamente o resultado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Interrompo V.Exa. para dizer que o Supremo definiu que não se pode limitar essa pesquisa. Há uma decisão constitucional no País no sentido de que não se pode limitar.

Eu tenho uma posição bastante próxima.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Mas se nós vamos legislar... É o seguinte: se há uma disputa — e isso já aconteceu na minha cidade — e você tem um segundo e um terceiro colocados, e aí vem uma pesquisa dizendo que B está lá atrás e que C pode chegar, então, há realmente uma indução.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Voto útil.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Exatamente, voto útil. Então, eu penso o seguinte: se nós tivermos a pesquisa, não tem problema nenhum a forma em que está, talvez algum aperfeiçoamento, mas pelo menos limitar a última pesquisa a uma semana, ou 10 dias, para não ficar na boca do leão, porque aí realmente ficamos muito complicados e vulneráveis. É só essa a minha contribuição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - O candidato está proibido de fazer boca de urna e o instituto de pesquisa pode fazer, não é Deputado?

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Esse é um trocadilho. Não posso deixar de dizer, não é Deputado? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - É uma verdade.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Dib, para o aparte.

O SR. DEPUTADO WILLIAM DIB - Eu quero fazer um aparte para saudar o Presidente e dizer o seguinte: eu sou a favor do Deputado Berzoini. Acho que pesquisa vai ser feita de qualquer jeito. Nós não temos controle, porque se controlarmos os institutos, vai haver pesquisa na Internet, publicada, divulgada, ampliada. Nós não podemos cercear, imaginar que não vai haver pesquisa. Imaginar instituto público fazendo pesquisa, além da questão dos Municípios, é aceitar que não precisaria mais de eleição. Se o poder público faz a pesquisa e diz que Fulano de tal vai ganhar a eleição, dá posse a ele. Até porque não tem por que o poder público fazer pesquisa.



Eu acho que vai haver erros. Nós estamos avançando. O instituto IBOPE errou, mas acertou em algum lugar. E se for comprovada a manipulação, isso sim, aí poderíamos pensar em legislar sobre manipulação concreta de pesquisa. Agora, proibir pesquisa de boca de urna, não há possibilidade!

Eu acho que estamos nos iludindo ao ficar discutindo se pode ou não haver pesquisa. Pesquisa vai existir e vai ser publicado. Há desvios? Então, vamos tentar achar um padrão de punição para o desvio, e não imaginar que o poder público, possa fazer pesquisa. Se o poder público tem o poder de fazer pesquisa, não precisa fazer eleição. Ele já concretizou a vontade popular.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não tem nada a ver uma coisa com outra, com todo o respeito. Não tem nada. Pesquisa não é eleição em lugar nenhum.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Antes de passar a palavra ao Deputado Esperidião Amin, em aparte, e me estendendo no tempo, mas a discussão está boa, Sr. Presidente, eu só quero propor à Comissão, visando à organização, o seguinte: alguns partidos já conseguiram nos atender naquela questão importante de o Presidente Marco Maia ter constituído uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 10-A, que trata de questão eleitoral, da reforma política, para que esta Comissão fique empoderada. Assim, caso nós decidamos, ela poderá apresentar um substitutivo a esta PEC nº 10-A naquilo que demandar mudança constitucional das questões que temos debatido. Diversos partidos já atenderam, nomeando os mesmos componentes desta Comissão Especial nossa para a Comissão que vai analisar a PEC. Então, quero fazer um apelo ao Deputado Dib para que me ajude, no PSDB, a nomear os mesmos componentes desta Comissão para a Comissão Especial. O Presidente já está tratando com o PMDB para também manter essa regra. O PP já está firme aqui, já indicou os mesmos Deputados: Deputado Simão Sessim, titular, Deputado Esperidião Amin também. Quero pedir ao PV que, por favor, também procure encaminhar nesses termos, e ao PSB, que também ainda não indicou, e ao Democrata, que também não indicou para esta Comissão.

Ouçó, com muita alegria, o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sobre o tema, se o Deputado Esperidião Amin me permite, para não fugir do assunto, farei ao Democratas, e



queria saber de V.Exa. se há disponibilidade de hoje a 15 dias fazermos a reunião com a bancada. É só para deixar registrado. Depois V.Exa. me responde, porque é o dia da reunião de bancada do Democratas.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quando seria?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - De hoje a 15 dias, porque a reunião de bancada acontecerá na terça-feira próxima. Na terça-feira próxima já há um tema. Então, seria na terça-feira seguinte, de hoje a 15 dias, antes do relatório de V.Exa., logicamente.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pode ser, sim. Pode ser.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Então, está pré-agendado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A Natália está anotando ali, não é Natália? Dentro de duas semanas, na terça-feira. Qual é o horário?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O horário é às 11h30min, na manhã, da terça-feira.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Está bom. Está marcado, então. Deputado Esperidião Amin, para o seu aparte.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Em primeiro lugar, a respeito desse assunto, acho que já está marcada para amanhã a nossa, às 18h30?

Sobre esta questão das pesquisas, é lógico que cada um tem a sua paixão, cada um tem 1 ou 10 casos para contar. Eu também tenho alguns casos para contar. O que acho fundamental é que haja pluralidade na pesquisa. A pior coisa que poderia acontecer seria o monopólio. Que bom quando chegamos a um Município e tem um jornal dando um resultando, outro jornal dando outro, e acontecer de ganhar o terceiro. Aliás, no Rio Grande, se pegarmos o começo das pesquisas quando o Germano Rigotto foi eleito Governador do Estado, ele começou com 3%. Não foi assim? Pode ganhar o terceiro mesmo. Às vezes ganha porque os dois primeiros começam a se xingar. Há várias razões, há vários motivos.

O pior é quando só tem um jornal e um instituto de pesquisa, aí é duro, aí é doído, porque não há nem como reproduzir o panfleto para dizer que pode ser que aquele número não seja verdadeiro. Então, acho que as regras que têm que acontecer não podem ser para fazer pesquisa ou policiar pesquisa, porque isso é inútil na prática, como disse o Deputado Dib.



Hoje, com a tecnologia da informação acessível mundo afora, via satélite, via Internet, celular, se tiver um dispositivo que diga assim: “favorecer, obrigar, estimular a multiplicidade de agentes de pesquisa”, olha, não é que reduz o erro, reduz a capacidade de a mentira se impor.

Agora, policial acho que é perda de tempo, é inútil, além de pegar mal, ou seja, começam a querer policial tudo. Se tiver uma sugestão sobre pesquisa, na minha opinião, é no sentido de que praticamente se quebre, tanto quanto possível, a possibilidade de prática do monopólio. É isso.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu concluí, Sr. Presidente, se não tiver mas nenhum colega que queira interpelar. Quero pedir licença porque daqui a 5 minutos vou sair, terei uma reunião com a bancada do PSC às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Encerrado o debate, temos três requerimentos na pauta. E extrapauta, com a concordância de V.Exas., caso assim aconteça, incluirei mais dois requerimentos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de contar com a sua generosidade e incluir extrapauta um requerimento de minha autoria para realização de uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Que a minha generosidade seja extensiva a do Plenário.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Gostaria de contar com a generosidade de todos os Deputados e Deputadas para que pudéssemos realizar esta discussão aqui em Brasília, na Câmara Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Requerimento nº 58 do Deputado Edmar Arruda, que requer a inclusão do jurista, Prof. José Afonso da Silva, como palestrante para subsidiar os debates do *Seminário Internacional para a Reforma Política*, aprovado por meio do requerimento nº 34/2011.

Para encaminhar...

Consulto o Plenário se há alguma manifestação contrária ao requerimento. Não havendo submeto-o à deliberação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.



Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 59, dos Deputados Sandro Alex e Arnaldo Jordy, que requer realização de conferência na cidade de Belém do Pará, com a finalidade de ouvir legisladores e a sociedade civil para debater assuntos atinentes à reforma política.

Para encaminhar.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, Sr. Relator, só para registrar, o Deputado Estadual Arnaldo Jordy, de Belém do Pará, solicitou-nos autorização para que possa fazer essa conferência regional. Aquela localidade também gostaria de participar da discussão da reforma política, e S.Exa. convidará Deputados daquela região do Brasil para estarem presentes.

E eles poderiam fazer, Sr. Presidente, um relatório a ser apresentado ao Deputado Henrique Fontana. Mesmo sabendo que ainda não temos datas definidas, S.Exa. poderá fazer essa audiência e entregar o relatório ao Deputado Henrique Fontana.

Havendo essa possibilidade, mesmo com a ausência na reunião do Sr. Presidente e do Sr. Relator, que S.Exa. possa fazer lá a audiência a fim de que possa participar da discussão e trazer o resultado ao nosso Relator.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, não é bem para discutir, mas condicionar a deliberação do requerimento à disponibilidade do Relator, porque se S.Exa. não tiver prazo e nem tempo hábil para fazer essas audiências, essas conferências, não vai haver necessidade de aprovar requerimento. Sempre, antes de aprovar os requerimentos, é bom ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Queria perguntar ao Relator se está mantida a previsão da data do dia 10 de junho para apresentação do relatório preliminar.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Se a Comissão assim entender, não exatamente no dia 10, que é o dia da última audiência pública que tínhamos marcado, mas na terça-feira seguinte, dia 14. Essa é a ideia. Inclusive, quanto a esses requerimentos, o meu pedido é para que, se nós tivermos como encaixar no calendário antes do dia 10, tudo bem, senão, eu acho que terminaria postergando em demasia. Até porque, quando apresentarmos o relatório, o debate vai ganhar um



outro corpo, porque vai haver, por óbvio, emendas, sugestões, questões a agregar, e assim por diante.

Eu continuo com essa ideia, Deputado Efraim Filho, de apresentar o parecer no dia 14, terça-feira.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em discussão.

A Presidência entende que não haverá prejuízo se aprovarmos o requerimento, até pela eventualidade de impedimento de realização da conferência em algum outro Estado já pré-agendado. É apenas uma opinião, a Presidência se rege pela decisão do Plenário. Entendo que, quanto mais conferências e quanto mais debates fizermos, melhor. Pouco debate, pouca participação popular, pouco envolvimento da sociedade. Poderá não surtir o efeito que desejamos.

Alguém aqui tem condições de afirmar categoricamente que o Plenário reunirá maioria para aprovação de propostas de emenda à Constituição de temas tão controversos como o do sistema eleitoral? Será que, com isso, não iríamos incidir no mesmo equívoco das vezes anteriores? Apenas para reflexão.

Não havendo quem queira discutir o requerimento, submeto-o a votos.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Diante da justificativa que apresentei, com a concordância do Plenário, temos dois requerimentos em relação aos quais pretendo, preliminarmente, obter a aprovação do Plenário para que sejam incluídos extrapauta: Requerimento nº 60 e Requerimento nº 61. O primeiro é do Deputado Alceu Moreira; o segundo, da Deputada Erika Kokay. O primeiro, da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; o segundo, de Brasília, Distrito Federal, para a realização de conferências.

Em discussão o requerimento de inclusão em pauta.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não se trata de obstrução, obviamente vamos manifestar o nosso apoio, apesar da questão regimental. Quero apenas



deixar registrado que não necessariamente será imprescindível a presença do Presidente da Comissão ou do Relator em todas. Se há essa previsão de apresentação do relatório preliminar no dia 14 de junho, que nos possamos multiplicar para que ocorram essas conferências restantes.

Concordo com V.Exa. quanto à importância da participação popular, mas isso não significa que todos os membros tenham de estar presentes em todas, pois podemos realmente nos multiplicar, como aconteceu em João Pessoa.

Aproveito a oportunidade para agradecer a V.Exa. a presença na brilhante conferência, na audiência pública que realizamos ontem. Que ela ocorra em Campo Grande, no Pará, em Brasília e que, até o dia 10 de junho, possamos pulverizar essa discussão da reforma política por todo o Brasil.

Espero, Sr. Presidente, que, a partir do dia 14 de junho, esta Comissão possa tomar ares deliberativos. Isso é importante. Hoje à tarde saí de uma audiência com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, onde faço parte do colégio de coordenadores de bancada. Aquela Comissão estava estudando exatamente a possibilidade de votar temas de cunho eleitoral. Ponderei, e eles entenderam entrar em concordância com V.Exa. — já que parece estar havendo ruídos nessa comunicação —, no sentido de que a CCJ não se antecipe no debate de temas antes do dia 14 de junho, data prevista para entrarmos na fase deliberativa.

Eles foram sensíveis, entenderam. Acredito que podemos avançar. Mas não podemos ficar durante muito tempo só na fase de debate — não se trata só do debate popular, mas também do debate interno, na Comissão —, porque outras Comissões já começam a avocar o direito de enfrentar o tema, o que, infelizmente, não poderá ser impedido por meios regimentais.

Está feito o registro, Sr. Presidente, e reitero a concordância quanto aos requerimentos aqui postos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Muito bem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Em deliberação.

Os Srs. Deputados que aprovam a inclusão em pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado, por unanimidade.



Em votação o Requerimento nº 60, em que se pleiteia conferência na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à votação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Em discussão o Requerimento nº 61. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, submeto-o à deliberação.

As Sras. e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Comunico ao Plenário que, na próxima quinta-feira, não teremos audiência pública de debates, diante da realização da XV Conferência dos Legislativos Estaduais, a ser realizada na cidade de Florianópolis, com participação desta Comissão da Reforma Política.

Comunico ainda que, dia 23, teremos também conferência na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.